

A IGREJA CATÓLICA E O GOLPE DE 1964

Angelo Barreiro Gonçalves¹

Gonçalves, A. B. A Igreja Católica e o Golpe de 1964. *Akrópolis*, 13(1):51-53, 2005

RESUMO: Este estudo tem por objetivo analisar o comportamento da Igreja Católica frente ao golpe de Estado de 1964, bem como as divergências político-ideológicas presentes internamente na Instituição ou na relação hierarquia/laicato católico, no período 1960-1964.

PALAVRAS-CHAVE: igreja; golpe de 64; movimentos estudantis.

THE CATHOLIC CHURCH AND THE 1964 EVENT

Gonçalves, A. B. The Catholic Church and the “1964 Coup d’etat”. *Akrópolis*, 13(1):51-53, 2005

ABSTRACT: This study has as objective to analyze the Catholic Church behavior towards the “Coup d’etat” in 1964, as well as the political ideological divergences internally present in the Institution or in the hierarchy/catholic obedience relation, in the period of 1960-1964.

KEY WORDS: church; “coup d’etat”; student movements.

Permanente e essencial (para muitos) é a presença religiosa na sociedade e nas relações humanas. Sendo o Brasil hoje, e principalmente na época analisada neste trabalho, um país predominantemente católico e, tendo a Igreja Católica exercido historicamente forte influência no pensamento político, ideológico e social brasileiro, uma análise sobre a participação desta Instituição no episódio do golpe de Estado de 1964 se faz relevante à medida que auxilia no entendimento dos motivos que levaram-na a ser uma das forças que colaboraram para a queda do presidente João Goulart.

Estudou-se o pensamento social da Igreja Católica através da análise de algumas encíclicas papais ligadas a área social, também a constituição “*Gaudium et Spes*” do Concílio Vaticano II (1963-1965). Analisou-se também a Ação Católica Brasileira, principalmente no que tange aos movimentos de juventude a ela ligados e a sua práxis baseada nestes documentos, assim como seus conflitos com a hierarquia. Em relação ao golpe de Estado a abordagem é feita levando-se em consideração a falta de unidade da Instituição frente ao campo político e social, bem como as conseqüências sofridas pelos setores progressistas da Igreja, logo após a tomada de poder pelos militares.

Este estudo desenvolveu-se mediante pesquisa bibliográfica realizada em livros, revistas, jornais, documentos, artigos, entrevistas, encíclicas papais e outros.

Igreja Católica, Contra ou Favorável ao Golpe?

Para (CASTRO, 1984) a grande maioria dos bispos e de padres apoiou o golpe de 1964, “.../ seria faltar com a verdade histórica dizer que a maioria do clero e dos católicos não aderiu ao golpe de 1º de abril de 1964”. (CASTRO,

1984, p.80)

Tal apoio ao movimento golpista também é confirmado por (BETIATO, 1985), segundo o qual, a Igreja Católica apoiou o golpe:

A Igreja, em meio à confusão, preferiu apoiar o golpe. Veio dos Estados Unidos o Pe. Patrick Peyton especialmente para mobilizar contra o ‘comunismo’ as classes médias da sociedade. Organizou uma cruzada religiosa com o lema: A família que reza unida, permanece unida. (BETIATO, 1985, p.71)

Grande parte da Igreja serviu como meio de propagação do medo do “fantasma comunista”, uma verdadeira paranóia, que foi incutida na sociedade, principalmente nas classes média e alta, através de sermões ou mesmo de passeatas contra Goulart, como a famosa Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas (uns registraram 300 mil, outros 500 mil) em 19 de março de 1964 na cidade de São Paulo e outra multidão no Rio de Janeiro, no dia 02 de abril de 1964, agora para comemorar a queda de Jango, o “demônio comunista”. Durante a passeata carioca, grupos mais exaltados destruíram e incendiaram a sede da UNE na praia do Flamengo e o jornal Última Hora, que não havia apoiado o golpe.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi organizada pela Campanha da Mulher pela Democracia e pela União Cívica Feminina, com o incentivo de setores do clero. De acordo com os organizadores, foi uma refutação ao comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro em 13 de março, neste ato Jango havia anunciado seu programa de Reformas de Base e aparentemente pendia ainda mais

¹ Especialista em História Contemporânea pela Universidade Paranaense - UNIPAR – Campus Umuarama.
E-mail: angelohistoria@yahoo.com.br - fone: (44) 623-1481 – Rua São Mateus, 5158 – Anchieta – 87.504-080 - Umuarama-PR.

para a esquerda.

CASTRO explica que parte do clero e instituições católicas como a Pia União das Filhas de Maria e as Congregações Marianas masculinas lá estavam presentes, registrou-se inclusive, a presença “do então cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Agnello Rossi, que estava na primeira fila da Marcha”. (PUCCI, 1984, p. 48)

A obra de (BRUNEAU, 1974) relata que o cardeal do Rio, D. Jaime, aprovava as marchas, mas o anúncio papal no Brasil, D. Armando Lombardi era contrário a elas, opinião compartilhada pelo cardeal de São Paulo, D. Mota, mais uma vez a heterogeneidade da Igreja se manifestava.

Segundo (SALEM, 1981) os bispos reformistas também se apavoraram com o perigo de “cubanização” do país e apoiaram o golpe como uma espécie de saída segura, preventiva, “assim não é de se estranhar também que a maioria dos bispos (inclusive alguns reformistas) apóie em 1964 o golpe militar contra o governo do Presidente João Goulart...” (SALEM, 1981, p.26). Até mesmo D. Paulo Evaristo Arns (tornar-se-ia mais tarde um ícone na defesa dos que lutavam contra o regime), que, em 1964, ainda não era bispo, mostrou-se simpático ao golpe. Os discordantes desse apoio, que eram minoria, foram “abafados” dentro da própria Igreja.

Transcrevemos aqui, fragmentos de entrevista concedida por D. Arns a jornalista Helena Salem:

P – Como o Sr. encarou o golpe militar de 1964?

R – Todos temiam o processo de deterioração, embora soubessem de muitos planos em relação ao campo e ao mundo do trabalho, que em circunstâncias normais seriam extremamente benéficos. No primeiro momento, achamos que o golpe seria uma possibilidade de correção da História, sem imposições autoritárias. As cassações e os atos nos tiraram a ilusão.

P – Que fatores determinaram a sua transformação, levando-o a assumir posições de resistência ao regime?

R – Não houve transformação, acredito. Tanto a repressão quanto à situação nas periferias determinaram as nossas posições e a atividade da Igreja. (SALEM, 1981, p.150)

Helena SALEM também entrevistou D. Hélder Câmara, fragmentos:

P – O que levou a esmagadora maioria dos bispos brasileiros a legitimarem o golpe militar de 1964?

R – A publicidade, no Brasil e no estrangeiro, sobretudo nos Estados Unidos, apresentava a situação do país como se realmente estivéssemos a um palmo da cubanização. Veio dos Estados Unidos, para percorrer diversas regiões do Brasil, o Movimento do Rosário pela Família. É fácil entender que boa parte dos brasileiros tenha visto no movimento de 1964 uma salvação do comunismo. O fato é que, rapidamente, as ilusões cessaram. E, a cada dia, contamos com a colaboração magnífica da realidade do país. Basta honestidade e a

realidade transforma o mais conservador em pessoa alerta contra as injustiças desumanas... (SALEM, 1981, p.109)

A CNBB, que esteve reunida entre 17 e 29 de maio de 1964, emitiu um documento intitulado Declaração da CNBB sobre a Situação Nacional, o mesmo foi publicado em 03 de junho de 1964 e apesar dos rachas internos durante sua elaboração, justifica e aplaude o golpe:

O povo brasileiro via a marcha acelerada do comunismo para a conquista do Poder.../ e mais /... as Forças Armadas acudiram em tempo, e evitaram que se consumasse a implantação do regime bolchevista em nossa Terra.../ ao rendermos graças a Deus, que atendeu às orações de milhões de brasileiros e nos livrou do perigo comunista, agradecemos aos Militares que, com grave risco de suas vidas, se levantaram em nome dos supremos interesses da Nação, e gratos somos a quantos concorreram para libertarem-na do abismo iminente... (Declaração da CNBB sobre a situação nacional. In: CASTRO, 1984, p. 88 e 89)

De acordo com (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1985) as mudanças ocorridas no Brasil a partir de 1960 e notadamente 1964, coincidiram com transformações que se iniciavam no interior da Igreja, influenciadas pelo Concílio Vaticano II, a partir daí, a Igreja se envolvia cada vez mais nas questões sociais, através da hierarquia e principalmente através de organizações leigas.

Embora minoritárias, alas da Igreja apoiavam as Reformas de Base de Jango, setores regulares (bispos, sacerdotes, religiosos e religiosas) e principalmente setores seculares ligados à Ação Católica, mais incisivamente os movimentos de juventude: Juventude Estudantil Católica (JEC); Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC).

No entanto, quando ocorre o golpe, ainda eram restritas as áreas da Igreja que haviam alcançado essa sensibilização social e a grande maioria da hierarquia acabou “fechando” com o golpe, alguns bispos e padres chegando, inclusive, ao extremo de denunciar aos militares membros do próprio clero e leigos, acusando-os de serem parte do “perigo comunista”.

Referindo-se à análise do intelectual católico Márcio Moreira Alves, (MORAIS, 1982) relata ter o mesmo afirmado que a igreja tentou manter acordos com o governo militar que se instalava, por engano ou na tentativa de manter seu poder e privilégios, porém, com o tempo, devido às ações truculentas do regime, inclusive contra membros da Igreja, tal acordo se mostrou inviável. Ainda, segundo o autor, a hierarquia em grande parte, tinha consciência das implicações de seu apoio aos golpistas, não podendo, portanto, alegar inocência histórica com relação a 1964.

De acordo com o padre (BESEN, 2000) quando a perseguição bateu com força às suas próprias portas, perseguindo religiosos e leigos, quando o regime disseminou a tortura dos opositoristas e todo tipo de controle, a Igreja

mudou sua postura a respeito do regime, “não era mais possível fechar os olhos, pois os filhos e filhas da Igreja e os líderes da sociedade estavam sendo perseguidos”. (BESEN, 2000, p.05)

Mas, por que a Igreja, que aparentemente estava interessada na promoção de transformações sociais, teria manifestado apoio ao movimento golpista? Na verdade, o que a Igreja queria (mesmo grande parte da hierarquia progressista) era a promoção de reformas em vários âmbitos da vida política e econômica do país, no entanto, não defendia reformas radicais, não defendia rupturas.

O que a instituição defendia era um capitalismo mais brando, uma social-democracia. Segundo a análise de (METTE, 1991), o pensamento social da Igreja, apresentado através de suas encíclicas e documentos, condena tanto o socialismo, quanto o capitalismo liberal.

A Igreja Católica defende uma reformulação, mas que esta seja executada dentro do sistema capitalista, não se propõe portanto, uma sociedade socialista. Além do que, era necessário conter, através de reformas brandas, o ímpeto dos comunistas, que estariam se aproveitando do estado de miséria da população para promover suas utopias marxistas e anticristãs.

A CNBB foi muito prejudicada pelo golpe de 1964, pois o mesmo gerou a desmoralização do grupo progressista, que desde sua criação em 1952 até 1964, dominava a maioria dos cargos da entidade. Os mais importantes membros desse grupo, como Dom Hélder e Dom Carmelo Mota foram transferidos para dioceses afastadas e com menor peso de influência, passando a se dedicarem principalmente a seus problemas de ordem local. No final de 1964, o grupo dos progressistas sofreu ampla derrota nas eleições da CNBB, a partir daí, a entidade perderia seu ímpeto na questão social, não mais se manifestando nacionalmente a esse respeito, fato que só voltaria a ocorrer novamente a partir de 1968. (BRUNEAU, 1974)

Conclusões

Apesar de passar no início da década de sessenta por um momento de transformações e de relativa abertura no campo político e social, decorrência do **Concílio Vaticano II** e, apesar de alguns setores do clero e principalmente setores do laicato, especialmente os ligados aos movimentos de juventude da **Ação Católica** apoiarem as Reformas de Base, a hierarquia da Igreja Católica, em sua maioria, apoiou o golpe militar de 1964 que depôs o presidente João Goulart. Tal atitude se deu como medida preventiva contra o “perigo vermelho” que já havia se instalado em Cuba e que rondava o Brasil. No início do governo militar esse apoio foi mantido pela maioria dos bispos, mesmo diante das já iniciadas perseguições contra leigos católicos e mesmo membros do clero.

À medida que as perseguições por parte do regime se intensificaram e que seus governos promoviam uma ruptura com a doutrina social da Igreja e com os direitos humanos, e à medida que cada vez mais membros do clero eram atingidos pela mão forte do regime, a maioria da hierarquia se voltou

contra o regime e passou a exigir o retorno à normalidade democrática.

Outro importante acontecimento que influenciou na mudança de posição da Igreja brasileira foi a Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín (Colômbia), realizada em 1968, por coincidência, mesmo ano de decreto do AI5, que intensificou a ditadura. Medellín traduziu para a América Latina as grandes linhas do Vaticano II, a partir dali, a Igreja latino-americana começava a se tornar “Igreja Povo de Deus”¹, mais preocupada com suas ações, com as condições materiais de vida da população, atenta à questão “corpo e espírito”. Depois de Medellín não havia mais condições de se fingir que tudo corria bem, enquanto os “filhos e filhas” da Igreja eram perseguidos, a partir daí, a Igreja Católica passou a exercer um papel importantíssimo na luta contra a ditadura.

Referências

- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BETIATO, M. A. **Da ação católica à pastoral de juventude**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- BRUNEAU, T. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.
- CASTRO, M. **64: conflito igreja x estado**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1984.
- METTE, N. Socialismo e capitalismo na doutrina social dos papas: a igreja e o socialismo. In: CONCILIIUM/237, 1991/5. **Sociologia da religião. Rerum Novarum**: cem anos de doutrina social católica. Petrópolis: Vozes, 1991.
- MORAIS, J. F. R. **Os bispos e a política no Brasil**: pensamento social da CNBB. São Paulo: Cortez, 1982.
- PUCCI, B. **A nova práxis educacional da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1984.
- SALEM, H. (Coord.). **A Igreja dos oprimidos**. São Paulo: Debates, 1981.
- BESEN, J. A igreja e as transformações da sociedade. **Jornal Missão Jovem**, n. 148, ago. 2000. p.05.
- O ESTADO DE SÃO PAULO. São Paulo, 03 abr. 1964.
- Encíclicas e Documentos do Vaticano
PAULO VI, SS. **Gaudium et Spes**: constituição pastoral do Concílio Vaticano II sobre a Igreja no mundo de hoje. 6. ed. São Paulo: Paulinas, 1976.

Recebido em: 02/10/04
Received on: 02/10/04
Aceito em: 11/11/04
Accepted on: 11/11/04

¹ O conceito “Igreja Povo de Deus” surge com o Concílio Vaticano II, o leigo deixa de ser um mero espectador para se tornar protagonista de sua história.